

DISCURSO E SUBJETIVIDADE: AS REPERCUSSÕES MIDIÁTICAS SOBRE A DEFESA DE DILMA NO JULGAMENTO DO *IMPEACHMENT*

DISCOURSE AND SUBJECTIVITY: THE MEDIA REPERCUSSIONS ABOUT THE DEFENSE OF DILMA IN THE IMPEACHMENT JUDGMENT

Abraão Janderson dos Santos Amaral¹
Raimundo Isidio de Sousa²

RESUMO: Em 2016, durante o julgamento do Impeachment de Dilma Rousseff no Senado, estiveram em evidência as repercussões midiáticas sobre o discurso de defesa da ex-presidenta, com resquícios simbólicos ancorados nas posições que ocupavam os sujeitos midiáticos. Com enfoque nesse acontecimento, este trabalho objetiva analisar a forma como os portais de notícia UOL e *Carta Capital* se manifestaram subjetiva e discursivamente em suas reportagens. Para tanto, delinear-se as condições de produção do arquivo discursivo; em seguida, interpretar-se as discursivizações e os movimentos subjetivos dos portais de notícia, bem como suas implicações na produção de efeitos de sentidos acerca do impeachment. A fundamentação teórica tem como aparato a Análise de Discurso Materialista, recorrendo-se a autores como Pêcheux (1997; 1999; 2014) e Orlandi (2001; 2017). O estudo é de cunho descritivo-interpretativo e qualitativo. Nas análises, constatou-se que os sujeitos produzem suas matérias de acordo com suas formações discursivas, manifestando aspectos subjetivos por meio de marcas discursivas e outros mecanismos textuais. Nesse sentido, o portal de notícias Carta Capital mobiliza discursos inscritos numa formação discursiva favorável à defesa de Dilma, ao contrário da UOL, que aciona uma formação discursiva instituidora de uma imagem negativa da ex-presidenta.

Palavras-chave: Subjetividade; discurso; mídia; impeachment.

ABSTRACT: In 2016, during the impeachment judgment of Dilma Rousseff in the Senate, were in evidence media repercussions about the ex-president's defense speech, with symbolic remnants anchored in the positions to which the media subjects belonged. Focusing on this event, this paper aims to analyze how the news portals UOL and Carta Capital manifested themselves subjectively and discursively in their reports. To this end, the production conditions of the discursive archive were outlined; then, the discursivizations and subjective movements of the news portals were interpreted, as well as their implications in the production of meaning effects about impeachment. The theoretical grounding is based on Materialist Discourse Analysis, using authors such as Pêcheux (1997; 1999; 2014) and Orlandi (2001;

¹ Doutorando em Letras/Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PPGEL) da Universidade Federal do Piauí - UFPI. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise de Discurso (NEPAD) e do Núcleo de Estudos em Linguagem, Tecnologia e Educação (NELTE).

² Doutorando pela Universidade de São Paulo - USP. Professor assistente, Pró-Reitor de Planejamento e Finanças da Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Linguagens, Tecnologia e Educação (NELTE) e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise de Discurso (NEPAD).

2017). The study is descriptive-interpretative and qualitative. In the analyzes, it verified themselves that the subjects produce their news according to their discursive formations, manifesting subjective aspects through discursive marks and other textual mechanisms. In this sense, the Carta Capital news portal mobilizes speeches inscribed in a discursive formation favorable to Dilma's defense, unlike UOL, which triggers a discursive formation that institutes a negative image of the ex-president.

Keywords: Subjectivity; discourse; media; impeachment.

1 Introdução

O discurso midiático adentra-se de forma constante nas esferas sociais, construindo notícias e pondo-as em circulação nos mais diversos meios de comunicação – TV, internet, jornais impressos, revistas, portais, entre outros. As informações publicadas nos gêneros jornalísticos abrangem grande parte da população. Grosso modo, poder-se-ia dizer que a instituição midiática possui não somente o caráter funcional de informar sobre os mais variados temas, mas também de construir um processo de comunicação simbólica que mostra uma realidade afetada pelo processo de produção de sentido. Conforme Mariani (2007, p. 202), deve-se pensar a mídia “como lugar de circulação de sentidos logicamente estabilizados”, isto é, como um aparelho institucional pelo qual os discursos e as evidências do mundo real são homogeneizados.

Não obstante, toda essa configuração do discurso jornalístico-midiático torna-se ainda mais clara na esfera política. Na contemporaneidade, a participação das instituições midiáticas na tomada de posicionamentos relativos a questões políticas, encontra-se num processo de alta banalização, no qual os acontecimentos políticos são amplamente midiaticizados. Como afirma o Pêcheux (1990), a “língua de madeira”, característica da teoria política clássica, transforma-se cada vez mais em “língua de vento”, através das informatizações midiáticas (PÊCHEUX, 1990). Sendo assim, a materialidade discursivo-midiática tem se tornado constitutiva dos meandros da pequena e da grande política³, o que tem resultado na maior maleabilidade da posição-sujeito jornalista. Em outros termos, a fronteira entre o sujeito que informa, critica, publica, apura etc. tem se tornado tênue, assim como o lugar social de jornalista já não é suficiente para restringir sua autoridade no interior da ordem discursiva midiática, uma vez que, na era da informática, todo indivíduo é passível de ocupar tal posição.

Neste capítulo, direcionaremos nossas análise e pressupostos para o primeiro fenômeno - as várias facetas que a posição-sujeito jornalista pode adquirir -, a fim de constatar a influência da mídia sobre a dimensão política a partir de um acontecimento que apresentou grande recorrência nas publicizações de notícias dos veículos jornalísticos do Brasil. No período de 29 de agosto a 2 de setembro de 2016, desenrolou-se o julgamento do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff no Senado Federal. Após a aprovação do andamento do processo na câmara dos deputados, sob a acusação de crime de responsabilidade fiscal, a cassação da ex-presidenta passava pela sua segunda etapa. Durante cinco dias de julgamento, o andamento do processo foi amplamente noticiado, produzindo diversos sentidos que reverberaram material e simbolicamente o conflito entre diferentes direcionamentos e posições acerca do fato.

³ Aqui nos referimos aos conceitos de pequena e grande política formulados por Gramsci. O primeiro se trata das contendas parlamentares no interior dos aparelhos de Estado e o segundo se trata das relações políticas mais profundas entre detentores e não detentores da riqueza socialmente produzida.

Como toda ação de linguagem pressupõe uma posição ideológica e, por conseguinte, modos de emergência de um sujeito na superfície linguística (PÊCHEUX, 2014), pensamos no seguinte questionamento para este artigo: como os sujeitos midiáticos “Carta Capital” e “UOL” inscreveram-se linguística e discursivamente nas reportagens sobre a defesa de Dilma Rousseff, no julgamento do *impeachment*? Nesse sentido, objetiva-se analisar a forma como os portais *Carta Capital* e *UOL* se instauraram como sujeitos discursivos nas reportagens acerca da defesa de Dilma durante período de julgamento do *impeachment*.

Trata-se de um trabalho de abordagem qualitativa e de cunho bibliográfico, tendo como enfoque os textos verbais das reportagens analisadas. Num primeiro momento, discorrer-se-á acerca da introdução do sujeito no campo da linguística, diferenciando o sujeito da enunciação, em Benveniste, do sujeito interpelado ideologicamente e inacabado, tal como é concebido na Análise de Discurso, especificamente em Pêcheux (2014; 1997; 1990) e Orlandi (2001; 1994). Logo após, serão feitas as análises dos dois portais de notícia e, por fim, as considerações finais ressaltando as principais discussões e apontamentos quanto à contribuição do estudo para o aperfeiçoamento da interface AD e Comunicação.

2 Sujeito e linguagem: da enunciação à análise de discurso

Durante a consolidação da linguística, a língua fora estudada sem ter o sujeito como elemento essencial aos estudos linguísticos. A língua, como sistema linguístico de regras, era concebida, especialmente, dentro de uma comunidade social de falantes, deixando-se o sujeito individual em incógnita. A partir principalmente de Benveniste, a língua e sua relação com o sujeito foram postas em referência, proporcionando uma discussão maior na linguística acerca da subjetividade na linguagem.

Benveniste (2005) iniciou discussões fundamentais acerca da natureza subjetiva da linguagem, observando-a na relação com o outro, com sua realidade ou consigo mesmo. Segundo o autor, essa subjetividade não era precisamente o sentimento de ser que cada pessoa possui, isto é, a compreensão psicológica que cada pessoa tem de si mesmo, mas, antes, supunha “a emergência no ser de uma propriedade fundamental na linguagem” (BENVENISTE, 2005, p. 248): o ego que se autointitula ego, e que, no momento de se comunicar, assume seu enunciado, como se dissesse: “eu digo isto”. Dessa forma, Benveniste apresenta sua clássica concepção de subjetividade:

é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’. A ‘subjetividade’ de que tratamos aqui é a capacidade do locutor se propor como sujeito (BENVENISTE, 2005, p. 286).

Assim, a subjetividade em Benveniste estabelece um Eu que tem consciência de si, tem sua superioridade, porém, não está totalmente independente na comunicação, pois, para que um sujeito tenha consciência de si, é preciso que ele esteja em relação de oposição com outro que não seja o próprio “eu”, mas com um outro: o “tu”.

Essa relação paradoxal do “eu” com o “tu” decorre da reciprocidade que se engendra na linguagem. O “eu” que, ao enunciar, está sendo o sujeito e locutor de seu enunciado alocuciona com o “tu” (ouvinte/interlocutor), que, ao tomar a palavra, passa a ser o “eu” de seu enunciado, enquanto o primeiro locutor passa a ser ouvinte/interlocutor e, por conseguinte, o “tu”. Dessa

forma, considerando a constituição do enunciado, sempre haverá a referência do discurso: o “eu”, pois é este que toma a palavra e, portanto, sujeito instaurado na linguagem.

Os pronomes dêíticos “eu” e “tu”, mais que categorias gramaticais, são postos por Benveniste para indicar pessoa, sendo “eu” o pronome que faz referência ao ato discursivo individual e que determina a apropriação da língua pelo locutor, constituindo-o em sujeito. Nesse sentido, a linguagem é mais do que uma ferramenta utilizada pelo homem para a comunicação, é inerente à natureza humana. O indivíduo, entretanto, precisa passar pela instância do discurso e utilizar-se da língua como instrumento para tornar-se sujeito: “o fundamento da subjetividade está no exercício da língua” (BENVENISTE, 2005, p. 287).

Assim, “a linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade”, porque é provida de “formas vazias” (partículas linguísticas) que, ao passarem pela instância da enunciação, ganham significações. O “eu” se dispõe de diversas formas linguísticas pelas quais pode marcar a sua pessoalidade e, dessa forma, marcar o “tu” em sua enunciação, também sujeito constituinte da categoria de pessoa. A teoria da subjetividade em Benveniste traça, assim, uma tentativa de evidenciar a emergência do sujeito em seu enunciado, constatando que, em todo ato de fala, por mais simples que seja, pressupõe-se um sujeito que se reconhece e que sempre deixará suas marcas de subjetivação na superfície linguística.

No entanto, mesmo tendo preenchido lacunas significativas na Linguística, Benveniste traz uma concepção de sujeito estrutural. No seu entendimento, a dualidade “eu-tu” possui a superioridade do eu na enunciação, sem considerar a historicidade na própria constituição do “eu”. O teórico formula o sujeito como origem dos sentidos, aquele que unicamente atribui significado ao seu enunciado e que o produz de acordo com as suas vontades, tendo pleno controle, inclusive, dos sentidos que chegam ao “tu”.

Na Análise de Discurso, a noção de subjetividade difere da teoria enunciativa de Benveniste, principalmente no que diz respeito a dois conceitos fundamentais: *assujeitamento* e *interdiscurso*. Se, na hipótese do sujeito enunciativo, este tem plena consciência e controle do que diz, na AD, ele é interpelado ideologicamente e movido a dizer (e agir) conforme as coerções da ideologia. Se, ao sujeito idealizado por Benveniste, basta-lhe passar pela instância da língua para extrair os sentidos de sua enunciação (tendo controle sobre os sentidos que evoca), para sujeito interpelado proposto por Pêcheux (2014; 1997), é necessário que ele se assujeite à língua e à ideologia para tornar-se sujeito e evocar, através do interdiscurso, sentidos sobre os quais não tem controle, nem é senhor deles.

Sendo assim, a AD trabalha, entre outros aspectos, sob duas noções fundamentais, com as quais se faz uma abordagem integrada: a *discursividade* e a *subjetividade*. Não só observa a língua significando, mas também os sujeitos significando(se) através da língua, o que converge para o que Pêcheux (2014, p. 140) afirma: “a constituição do sentido se junta à da constituição do sujeito”. A subjetividade é, pois, uma das regiões determinadas pelo domínio teórico da AD, uma vez que, ao se utilizar da linguagem e se assujeitar a ela, o sujeito falante assume posições discursivas determinadas historicamente, passando assim a se constituir como sujeito discursivo. Desse modo, a noção de sentido e de sujeito na AD

se afasta tanto do idealismo subjetivista (sujeito individual) como do objetivismo abstrato (sujeito universal). Recusa assim tanto o sujeito ascético, o da mente (o biológico), sujeito falante/ouvinte ideal, sem história, como também não se ilude com o individualismo subjetivista que exclui igualmente a historicidade (ORLANDI, 1994, p. 55)

Trata-se, assim, de um sujeito discursivo e não empírico, que é afetado pela história e pela ideologia, pontos de interseção e de mediação para com a realidade social. A noção de sujeito discursivo, posto em relação com sua realidade simbólica e não concreta, resulta na projeção de um ser social que toma diversas posições e direcionamentos em determinadas situações comunicativas, a partir de um conjunto de *formações imaginárias* que determinam o lugar que cada sujeito ocupa em relação ao outro.

Nessa perspectiva, Orlandi (2001, p. 40) explica que “em toda língua há regras de projeção que permitem ao sujeito passar da situação (empírica) para a posição (discursiva)”. Isto é, ao passar para a instância do discurso nos diversos atos languageiros, o *sujeito discursivo* ou a *forma-sujeito* do discurso assume diversas *posições-sujeito*, que encontram pontos de ancoragem nos lugares sociais estabelecidos na formação social vigente. Pode-se dizer que o jornalista se constitui na materialidade social de sua instituição midiática. Ao produzir enunciados, assume uma posição dentre a forma-sujeito do discurso jornalístico e, juntamente com as implicações de legitimidade que tal discurso carrega e a partir de todo o saber oriundo de uma memória específica da área jornalística, produz efeitos de sentido característicos do discurso sobre o qual opera. Na realidade social, ocorrem, pois, constantes tomadas de posição e formas de identificação.

Entretanto, o sujeito discursivo não produz o dizer apenas a partir de determinadas posições sociais, mas também a partir de sua identificação/filiação com um complexo de *formações discursivas* (FD). A noção de assujeitamento languageiro (discursivo) encontra-se, assim, representada nesse conceito fundamental. Segundo Pêcheux (2014), a FD é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2014, p. 147, grifos do autor).

O jornalista de um grande jornal, como sujeito interpelado pela formação discursiva da instituição midiática em que atua, através das relações de força e de poder existentes no interior da instituição, será movido a noticiar/relatar determinados acontecimentos conforme as coerções impostas pelo seu espaço institucional, por exemplo.

Esse assujeitamento discursivo envolve não somente as coerções de poder institucional, mas também o próprio caráter constitutivo do sujeito ideológico. Para que haja o jogo de interpretação ou formulação, é necessário que a ideologia atue produzindo efeitos de evidências, dando a impressão de que as significações do que é dito são naturalmente transparentes, bem como interpelando o caráter material dos sentidos, ou seja, mascarando a real dependência que cada sujeito tem em relação ao complexo de *formações ideológicas*:

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literariedade do significante), mas, ao contrário, é determinante pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem (PÊCHEUX, 2014, p. 146, grifos do autor).

Com efeito, toda produção discursiva adquire sua significação inscrita em determinada FI, caracterizada como um complexo de representações imagéticas constituídas socio-historicamente no decorrer do estado de luta de classes da formação social vigente. Enquanto as

formações discursivas dizem respeito ao assujeitamento linguageiro e representam um determinado complexo de formações ideológicas, este complexo consiste em um assujeitamento ideológico. O sujeito jornalista, mesmo sofrendo as coerções institucionais, pode assumir diversas outras posições, de pai, mãe etc., e se identificar com diversos posicionamentos relacionados a esse lugar discursivo, desde uma formação ideológica condizente com práticas conservadoras para lidar com seus filhos, até uma FI co-relacionada a práticas mais científicas para tal atividade. Nesse caso, a forma-sujeito do discurso paternal pode inscrever-se em uma das FD relacionadas a cada FI citada.

O sujeito discursivo é, portanto, clivado, apesar de se reconhecer como dono de si, ou seja, constitui-se pelo esquecimento daquilo que o determina (sua FD). Segundo Pêcheux (2014), essa ocultação é efetivada por dois movimentos de esquecimento: *esquecimento nº 1* e o *esquecimento nº 2*. O *esquecimento número 1*, de natureza inconsciente, consiste na ocultação dos processos ideológicos, a partir dos quais o sujeito tem a convicção de ser dono de seu dizer, embora esteja impossibilitado de estar no exterior de sua FD. Já o *esquecimento número 2* diz respeito à escolha pré-consciente/consciente que o sujeito faz dos elementos sintáticos e formulações linguísticas no momento da enunciação, sem se dar conta de que há sempre outras formulações possíveis. Esse último esquecimento fornece ao sujeito a ilusão de que ele pode controlar os sentidos, de acordo com sua vontade, decorrendo, pois, de um nível de (re)formulação linguística.

Essa condição sinaliza para o fato de que toda discursivização necessita estar no interior de uma determinada FD para que faça sentido, uma vez que a interpretação e a produção do dizer nunca ocorrem no exterior do assujeitamento, sobretudo, porque toda FD está em relação de acobertamento e de dependência com uma historicidade que irrompe toda produção discursiva, o *interdiscurso*. De acordo com Pêcheux (2014),

toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas [...] propomos chamar *interdiscurso* a esse todo complexo com dominante das formações discursivas (PÊCHEUX, 2014, p. 148, grifo nosso).

Diferentemente do modelo subjetivo de Benveniste, a forma-sujeito do discurso deve se filiar a uma determinada FD, disponibilizada pelo complexo de formações ideológicas, para se constituir como sujeito do discurso e adentrar na dimensão histórica do discurso. E é através da *forma-sujeito* que o sujeito recorta os conteúdos discursivos oriundos do *interdiscurso*, para linearizá-los no fio do próprio dizer, pelo instrumento do *intradiscurso*. A partir desse processo característico da FD, os elementos do *interdiscurso* se misturam aos dizeres do sujeito do discurso, proporcionando-lhe o esquecimento de que todo discurso é composto a partir da historicidade da linguagem e que sempre está em relação de conflito com outros discursos, de outras FDs, na rede da memória social.

O sujeito da AD então passa por um atravessamento ideológico, diferentemente do sujeito estrutural de Benveniste, pois este sujeito enunciador é tido como referência de discurso, ele se torna sujeito quando enuncia por meio do ato individual da linguagem; enquanto o sujeito discursivo nem é fonte nem tem o controle do dizer.

Quando se diz que o sujeito na concepção da AD é interpelado ou afetado pela ideologia, quer-se mostrar que essa condição o constitui como ser social, heterogêneo e contraditório em muitas condições discursivas, e essa situação lhe permite apropriar-se de sentidos do já-dito, interdito e do silenciamento para formular o discurso. O efeito ideológico

também é parte constitutiva dos sentidos, uma vez que “as palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós” (ORLANDI, 2001, p. 20).

A subjetividade e o discurso repousam numa dialética entre esquecimento e assujeitamento, que preenche cada sujeito em seu lugar deixado no vazio. Com base nos pressupostos apresentados, será abordado, no próximo tópico, o percurso metodológico do estudo, a fim de se fazer uma abordagem acerca da subjetividade manifestada na instituição jornalística (em específico nas instituições referentes aos portais Carta Capital e UOL).

3 Arquivo discursivo

O arquivo discursivo é constituído por seis notícias - três da Carta Capital (<https://www.cartacapital.com.br>) e três do UOL (<https://noticias.uol.com.br>). A escolha por esses sujeitos midiáticos decorreu do fato de que tais portais de notícia publicizaram muito o processo do *Impeachment* e de que ambos possuem posicionamentos distintos em relação ao acontecimento. A partir disso, foram selecionadas as matérias que julgamos representativas, colocando-as em ordem da data de publicação:

Quadro 1: Arquivo discursivo

Carta Capital	UOL
<p>Estamos a um passo de um verdadeiro golpe de Estado, diz Dilma.</p> <p>Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/estamos-a-um-passo-de-um-verdadeiro-golpe-de-estado-diz-dilma>. Publicado no dia 29, de agosto de 2016.</p>	<p>Em fala ao Senado, Dilma negou vezes que cometeu crime de responsabilidade.</p> <p>Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/08/29/em-fala-ao-senado-dilma-negou-16-vezes-que-cometeu-crime-de-responsabilidade.htm>. Publicado no dia 29 de agosto de 2016.</p>
<p>Senado aprova impeachment e destitui Dilma.</p> <p>Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/senado-aprova-impeachment-e-afasta-dilma-definitivamente>. Publicado no dia 31, de agosto de 2016.</p>	<p>Leia o discurso de defesa de Dilma comentado.</p> <p>Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808019-dilma-apresenta-sua-defesa-no-processo-de-impeachment.shtml>. Publicado no dia 29 de agosto de 2016.</p>
<p>A fala de Dilma, a votação do impeachment e o mundo paralelo da mídia.</p> <p>Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervezos/a-fala-de-dilma-a-votacao-do-impeachment-e-o-mundo-paralelo-da-midia>. Publicado no dia 31 de agosto de 2016.</p>	<p>Dilma fala por horas, defende mandato e diz que é vítima de golpe parlamentar.</p> <p>Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/08/30/dilma-depoe-por-13-horas-defende-mandato-e-reafirma-que-condenacao-e-golpe-parlamentar.htm>. Publicado no dia 30 de agosto de 2016.</p>

Fonte: quadro formulado pelos autores

O arquivo foi selecionado a partir de uma abordagem qualitativa das dimensões ideológica, social e histórica das sequências discursivas. De modo a concluir os objetivos de descrição e interpretação do arquivo, o apoio metodológico se deu especificamente pelas noções de formação discursiva e de seus mecanismos de funcionamento do discurso, forma-sujeito, posição-sujeito, lugar discursivo, interdiscurso e condições de produção.

4 Carta Capital e UOL: emergência dos sujeitos discursivos

A primeira reportagem da Carta Capital intitula-se *Estamos a um passo de um verdadeiro golpe de Estado, diz Dilma*, publicada em 29 de agosto de 2016. Na matéria, é feita uma síntese do discurso de Dilma Rousseff através do discurso relatado, intercalando-se as proposições entre discurso indireto e direto. Esse artifício de descrição, caracterizado pelo *falar sobre*⁴, é constituinte das condições de produção dos discursos que são postos em circulação pela instituição midiática e fornece a ilusão material da neutralidade, do distanciamento do sujeito em relação ao fato relatado. No recorte a seguir, extraído da reportagem referida, pode-se constatar essa relação de sentidos:

Recorte 1

Dilma observou que enquanto Vargas “sofreu uma implacável perseguição” que o levou ao suicídio, JK “foi vítima de constantes e fracassadas tentativas de golpe” e Jango “superou o golpe do parlamentarismo, mas foi deposto” antes de a ditadura se instaurar em 1964. “Hoje, mais uma vez, ao serem contrariados e feridos nas urnas os interesses de setores da elite econômica e política nos vemos diante do risco de uma ruptura democrática”, denunciou.

Fonte: <https://www.cartacapital.com.br>. Publicado em 29.ago.2016.

Nas formulações, ora o sujeito se refere à fala de Dilma pelo discurso indireto, ora a cita pelo discurso direto, compondo uma narrativa acerca do fato. Essa formulação não ocorre de forma transparente. Há, na discursivização do sujeito jornalista, uma matriz de sentidos, de onde e pela qual se originaria seu dizer, no caso, o discurso de Dilma. Porém, ao se revestir da forma-sujeito do saber jornalístico e ocupar tal posição, o sujeito ancora-se em tais conhecimentos da ordem discursiva do jornalismo e, sendo afetado por efeitos de anterioridade, busca a todo momento proporcionar ao leitor uma clareza maior do que diz.

Nas matérias jornalísticas, a preocupação em não deixar margens para o equívoco e para ambiguidade é constante e demonstra-se nos usos de orações subordinativas explicativas: “*que foram atacados quando esses não viam seus interesses contemplados por esses governos*” ou “*que o levou ao*

⁴ Conforme Mariani (1996), o “efeito imediato do *falar sobre* é tomar objeto aquilo sobre o que se fala. Por esse viés, o sujeito enunciativo produz um efeito de distanciamento - o jornalista projeta a imagem de um observador imparcial - e marca uma diferença com relação ao que é falado, podendo, desta forma, formular juízos de valor, emitir opiniões etc., justamente porque não se ‘envolveu’ com a questão (MARIANI, 1996, p. 63).

suicídio”. Após evocar figuras históricas do discurso matriz de Dilma Rousseff, o sujeito se vê impelido a retomar outras informações e inseri-las na superfície linguística do texto, a fim de explicar de forma mais clara ao leitor sobre o que está noticiando.

Essa retomada de informações anteriores consiste em um mecanismo discursivo nomeado, por Pêcheux (2014), de *efeito de sustentação* ou *articulação*, pelo qual se faz “a evocação literal daquilo que se sabe a partir de outro lugar e que serve para pensar o objeto da proposição de base” (PÊCHEUX, 2014, p. 101). Através da observação do funcionamento desse efeito discursivo, o sujeito, apesar de pertencer a uma ordem discursiva que pressupõe uma ausência subjetiva, emerge na superfície discursiva, por razões de assujeitamento à sua formação discursiva.

Na segunda matéria publicada pela Carta Capital, é trazida a seguinte manchete: *Senado aprova impeachment e destitui Dilma*. Destaca-se, de início, a grande diferença de sentidos entre a manchete, o *lide* da notícia e as formas de nomear Dilma Rousseff, o processo de *impeachment* e a parte da população que se opôs ao andamento do processo de destituição da ex-presidenta:

Recorte 2

Senado aprova impeachment e destitui Dilma

por Redação — publicado 31/08/2016 13h36

Senadores derrubam a primeira mulher a presidir o País em um processo de base jurídica frágil e questionado por ampla parcela da sociedade

Fonte: <https://www.cartacapital.com.br>. Publicado em 31.ago.2016.

No recorte acima, há uma relação linguisticamente parafrástica, mas discursivamente polissêmica. Isto é, a proposição da manchete “*Senado aprova impeachment e destitui Dilma*”, apesar de ser semelhante linguisticamente, desperta efeitos de sentidos distintos da proposição do *lide* “*Senadores derrubam a primeira mulher a presidir o país em um processo de base jurídica frágil e questionado por ampla parcela da sociedade*”. Essa relação polissêmica de sentidos é efetivada principalmente pelo tratamento que o sujeito dá às formas linguísticas da segunda formulação, em específico nas formas de nominalização tanto de sujeitos quanto do acontecimento (*impeachment*).

Na função gramatical de sujeito, são usados pela Carta Capital respectivamente os substantivos *Senado* e *senadores*. Ou seja, primeiramente dá-se ênfase ao conjunto de agentes do processo e não aos agentes individualizados. Na função de núcleo do sintagma verbal, são utilizados os verbos *destitui* e *derrubam*, abrindo-se mão de um termo mais técnico para, posteriormente, se usar um termo metafórico e popular, relacionado a um agente que violentamente derruba algo ou alguém, ou “agir em prejuízo de (alguém)” (AURÉLIO, 2000). Quanto ao sujeito que é acometido pela ação, usam-se os objetos “*Dilma*” e “*a primeira mulher a presidir um país*”, enfatizando primeiramente o sujeito e, posteriormente, os feitos e qualidades do sujeito. Já o acontecimento é, antes, intitulado de “*impeachment*” e, logo após, anaforizado

por “*um processo de base jurídica frágil*”, novamente negando-se o termo técnico pelo termo de valor.

O uso do sintagma “*ampla parcela da sociedade*” não especifica quais são os sujeitos citados e legitima o argumento de que a *base jurídica do impeachment* é, realmente, *frágil*. Além disso, a expressão “*a primeira mulher a presidir o País*” dá, ainda, destaque à figura da mulher na política brasileira, ativando uma memória discursiva relacionada ao fato de que o Brasil sempre foi governado por homens e que a “*derrubada*” da primeira mulher se deu por senadores, no masculino. Conforme esses usos linguísticos, o sujeito jornalista assume duas formas-sujeito do saber, ora tecnicista ou jurídica (marcado pelos termos técnicos), ora do senso comum ou popular (marcado pela subjetividade).

Recorte 3

A votação no Senado é o desfecho de um longo processo, cujo resultado estava definido há meses. No julgamento, em tese, os senadores avaliaram que a emissão de três decretos orçamentários sem autorização do Congresso e o atraso no repasse do Tesouro Nacional ao Banco do Brasil por conta do pagamento do Plano Safra, a chamada “pedalada fiscal”, configuram crimes de responsabilidade.

Na prática, o que se viu foi um processo coberto por um verniz de legalidade, promovido pelo cumprimento das regras procedimentais previstas na Constituição, mas definido por uma batalha política na qual os vencedores buscaram um motivo qualquer para legitimar a destituição da presidenta.

Fonte: <https://www.cartacapital.com.br>. Publicado em 31.ago.2016.

Mais uma vez, o sujeito se manifesta de uma forma impessoal para relacionar a opinião pública à opinião condizente do próprio portal de notícias. É uma forma de o sujeito aparecer na superfície do texto, a partir do outro no discurso, havendo um processo de alteridade com a formação ideológica e discursiva inerente ao outro eu impessoal (muitos), mas concreto quanto à materialidade discursiva. Nesse caso, pelo fato de ser importante legitimar uma proposição, não basta apenas o sujeito se colocar como se fosse dono de seu enunciado, é preciso dar lugar a discursos de outros para alcançar o poder de verdade.

Na terceira matéria analisada, a Carta Capital procura demonstrar como os meios de comunicação hegemônicos produziram narrativas acerca do discurso de Dilma, caracterizadas “*por um discurso legitimador da derrubada*” da ex-presidenta. A própria expressão “*mundo paralelo*”, presente no título, refere-se a uma atitude tomada pelos meios jornalísticos convencionais que, conforme a Carta Capital, “*passou longe*” do que se compreende por “*ética jornalística*”. Na reportagem, os gestos de interpretação da Carta Capital lhe permitem transcender da simples observação ou narração dos fatos para a realização de uma análise interpretativa das ações empreendidas pela “*grande mídia*”.

Na sequência discursiva trazida a seguir, a posição tomada pela Carta Capital é manifestada nos modos de subjetivação empreendidos a partir do conteúdo lexical e da utilização da primeira pessoa do plural de “*analisamos*”, bem como de outros usos linguísticos:

Recorte 4

O impeachment foi aprovado e a **presidenta Dilma Rousseff foi definitivamente afastada**. Ao longo dos últimos meses, analisamos por diversas vezes o papel que os maiores meios de comunicação desempenharam na **legitimação deste impedimento**, na desconstrução e negação dos argumentos da defesa de Dilma e na formação de uma parcela da opinião pública contra o governo legitimamente eleito nas urnas.

Fonte: <https://www.cartacapital.com.br>. Publicado em 31.ago.2016.

Em “*analisamos por diversas vezes o papel que os maiores meios de comunicação [...]*”, o sujeito marca sua presença através da desinência número-pessoal do pronome “nós”, implícita no verbo “*analisamos*”, havendo uma superficialização subjetiva não recorrente no gênero reportagem. Na construção da denúncia contra os meios de comunicação citados, ao invés de dar lugar a uma expressão impessoal ou ancorar-se em outros sujeitos ocupantes de lugares discursivos de legitimidade, como “especialistas”, “analistas”, “cientistas políticos” etc., o sujeito assume o discurso de acusação sob uma perspectiva analítica.

Em verbete, o verbo “*analisar*” e seus desdobramentos morfológicos como no substantivo “*análise*” ou no adjetivo “*analista*” apresentam em nível lexical e semântico definições como “*observar com minúcia; exame de cada parte de um todo para conhecer-lhe a natureza, as funções etc.; quem faz análise*” (AURÉLIO, 2000). Há, desse modo, uma subjetivação decorrente não só da constituição morfológica do verbo “*analisamos*”, mas também do seu próprio conteúdo lexical. Inserindo-se na superfície da língua e assumindo a função de analista, o sujeito jornalista se inscreve na forma-sujeito do saber científico e analisa os fatos não só na passagem referida, mas ao longo de toda a reportagem.

No parágrafo seguinte, movimento semelhante apresenta-se no trecho “*a urgência da democratização dos meios, de diversidade e pluralidade midiática se confirmou, sem as quais nossa democracia seguirá em permanente risco. Explicamos por quê*”. Novamente, palavras “*nossa*” e “*explicamos*” colocam o sujeito em evidência linguística e discursiva, num tipo de discurso que se quer impessoal. Mais que isso, o item “*nossa*”, posto em relação de posse com o léxico “*democracia*”, aproxima o sujeito do leitor, isto é, desloca-o para uma atitude de alteridade para com o outro. Por fim, o verbo “*explicamos*”, numa relação de paráfrase como o verbo anteriormente citado “*analisamos*”, implica uma materialização da posição-sujeito analista, da ordem do saber científico, assumida pelo sujeito. Os verbos marcam um equívoco, com relação ao caráter institucional jornalístico, a saber, o fato de que não se diz sobre o acontecimento, mas também se analisa ou se explica sobre ele.

A aderência ao discurso científico ora se efetiva diretamente pela tomada de posição do sujeito no interior da ordem do saber científico, ora se realiza indiretamente pela retomada de sujeitos outros que ocupam os lugares discursivos de especialistas. Na sequência discursiva “o

depoimento de Dilma foi considerado firme e consistente por dezenas de juristas, advogados, jornalistas”, o sujeito lineariza em sua formulação discursiva os dizeres de especialistas (*juristas, advogados e jornalistas*), autorizados a adentrar na ordem discursiva dos saberes jurídico e midiático, de modo a proporcionar efeitos de verdade à sua proposição.

Recorte 5

A edição da reta final dos debates no Senado

O depoimento de Dilma foi considerado firme e consistente por dezenas de juristas, advogados, jornalistas. Nos corredores do Congresso, cresceu o receio por parte da oposição de que a fala da presidenta aumentasse as chances da defesa conseguir votos contra o impedimento. Coube então, à imprensa, reforçar a tese dos opositores de Dilma de que ela não havia “respondido aos questionamentos” da acusação.

Fonte: <https://www.cartacapital.com.br>. Publicado em 31.ago.2016.

Essa apropriação de conhecimentos ocorre, com efeito, através da instância do intradiscurso. Como afirma Pêcheux (2014, p. 154), “a forma-sujeito [...] tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, *ela simula o interdiscurso no intradiscurso*, de modo que o interdiscurso *aparece* como o puro ‘já-dito’”. Tal constatação pode ser observada de modo específico na sequência “*o depoimento de Dilma foi considerado firme e consistente*”. O sujeito não marca a presença do outro pelo discurso relatado, apenas recorre ao saber científico, canalizado no interdiscurso, e, a partir disso, se mostra na superfície linguística, conforme as coerções de sua formação discursiva.

Na parte final da reportagem, no tópico “*lá fora, outro jornalismo*”, a Carta Capital descreve o modo como veículos de notícias internacionais noticiaram o andamento do processo de *impeachment*. Nos dois parágrafos da recorte acima, destacam-se a alusão a outros editoriais como forma de constatação do próprio dizer e os usos de sintagmas e de verbos *dicendi* para construir uma narrativa sobre o discurso outro:

Recorte 6

Lá fora, outro jornalismo

Esta semana, os editoriais do *Le Monde* (França) e *The Guardian* (Inglaterra) foram explícitos ao denunciar a farsa vivenciada no Brasil. No *El País* (Espanha), foram diversos os artigos explicando o por que da acusação de golpe. Nesta quarta, o *The New York Times* (Estados Unidos) cravou: “O impeachment mudará o governo e não a política”.

A imprensa internacional, como fez ao longo dos últimos meses, seguiu mostrando fatos e opiniões diferentes, silenciadas na mídia brasileira. Nenhum mérito nisso. Trata-se de ética jornalística, algo que passou longe da cobertura do impeachment.

Fonte: <https://www.cartacapital.com.br>. Publicado em 31.ago.2016.

No trecho “*trata-se de ética jornalística, algo que passou longe da cobertura do impeachment*” e nas alusões ao modo como a imprensa internacional noticiou o *impeachment*, o sujeito fala do lugar de jornalista e, assumindo o saber que lhe diz respeito, retoma elementos associados à ética jornalística e ao modo como qualquer sujeito que ocupa tal posição discursiva deveria agir de acordo com sua função. Configura-se, assim, um efeito de *pré-construído* na materialidade linguística, ou seja, um complexo de sentidos que irrompe a formulação discursiva e estabelece determinados saberes como universais. Pêcheux (2014, p. 158) afirma que o pré-construído “remete simultaneamente ‘aquilo que todo mundo sabe’, isto é, aos conteúdos do pensamento do ‘sujeito universal’ suporte da identificação [...]”.

Ao retomar esse saber universal, que “todo veículo de notícias deveria tomar para si”, a Carta Capital estabelece uma disjunção lógica entre um “jornalismo ético” e outro “jornalismo antiético”. No título do tópico, esse movimento de sentidos materializa-se linguisticamente na proposição “*lá fora, um outro jornalismo*”, isto é, diferentemente do jornalismo “daqui, do Brasil etc.”, o outro jornalismo “*lá fora, do exterior, da França, da Inglaterra etc.*” é um jornalismo que se coloca “adequadamente” no seu lugar de saber, o que não é, conforme o sujeito, um “*mérito*”, mas antes “*trata-se de ética jornalística*”.

Esse efeito de anterioridade marca a opacidade discursiva do enunciado e se dá conforme a necessidade de aderência do sujeito à sua formação discursiva. Ao tomar uma posição-sujeito na forma-sujeito do saber jornalístico, a Carta Capital evoca saberes oriundos do lugar que ocupa e retoma efeitos de anterioridade (o pré-construído), vozes discursivas (os jornais *Le Monde*, *The Guardian*, *El País*, *The New York Times*) e determinados sentidos acerca do que se configura como ética jornalística (esquecendo-se, pela via do esquecimento nº 1, de outros sentidos, exteriores a sua FD, relacionados a tal ética jornalística); um conjunto de movimentos subjetivos destinados a legitimar uma posição ideológica e política.

Os trechos “*foram explícitos ao denunciar a farsa*” e “*o The New York Times cravou*” produzem uma narrativa sobre os dizeres de outros sujeitos e, conseqüentemente, constroem outras significações. O verbo “*cravar*”, por exemplo, possui em glosas as seguintes significações: “*fazer penetrar à força e profundamente; fixar; fitar*” (AURÉLIO, 2000). Ou seja, o sujeito apropria-se dos dizeres do outro, pelo intradiscurso, e os insere no próprio dizer, de modo a manter uma aproximação com as vozes aludidas e, ao mesmo tempo, constituir novos efeitos de sentido, intrincados à FD aderida.

No portal de notícias UOL, há diversos movimentos subjetivos distintos da Carta Capital, em relação ao discurso de Dilma Rousseff. Ao contrário do que se viu nas reportagens acima, o UOL busca, a todo momento, se distanciar da matriz de sentidos sobre a qual produz suas notícias, estabelecendo uma aversão à formação discursiva que compõe o posicionamento de Dilma Rousseff. Na primeira matéria do UOL, intitulada *Em fala ao Senado, Dilma negou 16 vezes que cometeu crime de responsabilidade*, o sujeito frisa, principalmente, a quantificação de palavras mais recorrentes e repetições. No recorte a seguir, essa quantificação é feita em forma de nuvens de palavras:

Recorte 7

Recorte 8

Pedalada é como ficou conhecida a prática de atrasar o repasse de dinheiro a bancos públicos responsáveis por programas federais. O TCU (Tribunal de Contas da União) entendeu que os atrasos, na prática, são um tipo de empréstimo dos bancos ao governo, o que é proibido por lei. A defesa da presidente nega irregularidades.

Fonte: <https://noticias.uol.com.br>. Publicado em 29.ago.2016.

Conforme já foi explicado no início das análises, para os sujeitos autorizados a adentrar na ordem do discurso jornalístico, é de extrema importância a clareza das informações e o máximo de cuidado para não causar ambiguidades nos enunciados (fazendo-se a ressalva de que esses sujeitos recaem, sempre, no esquecimento e no simulacro da norma identificadora, que os impelem a agir conforme seus lugares discursivos, embora pareça estar agindo conscientemente).

Em decorrência disso, o sujeito jornalista acaba recorrendo à ordem do discurso cotidiano, ao reformular, pelo intradiscurso, o discurso científico ou jornalístico. Tal movimento subjetivo pode ser constatado na passagem “são um tipo de empréstimo dos bancos ao governo”, no qual o léxico “um tipo”, quando usado para definir alguma palavra ou coisa, indica uma definição simplificada e que não está formulada de modo complexo. Entretanto, no trecho “o que (empréstimo dos bancos ao governo) é proibido por lei”, o sujeito recorre ao saber jurídico universal e não faz questão de provar através de uma citação ou alusão ao estatuto legislativo sua proposição, já que as condições de produção de seu discurso não denegam tais exigências para alcançar os efeitos de transparência e de veracidade ao leitor.

Ainda nessa perspectiva, observa-se que a recorrência ao saber jurídico, como autoridade suprema, definindo o que se pode e o que não se pode fazer, far-se-á presente em todas as reportagens que tematizam o andamento do *impeachment*. Sob a constituição do *sujeito jurídico*, isto é, do padrão socio-histórico de assujeitamento ao qual todo sujeito individualizado é submetido, o sujeito jornalista se individualiza como porta-voz dessa instituição e das relações de poder dela decorrentes. No excerto acima, o uso da proposição “é proibido por lei” já suscita o efeito de veredito, como se, conforme Pêcheux (2014, p. 145), “a lei [encontrasse] ‘um jeito de agarrar alguém’, uma ‘singularidade’ à qual aplicar sua ‘universalidade’” (grifos do autor).

Na segunda matéria do UOL, intitulada *Leia o discurso de defesa de Dilma comentado*, as imersões subjetivas que foram feitas pelo sujeito assemelham-se às da matéria anterior, tanto no que diz respeito ao uso de termos técnicos, quanto ao distanciamento da matriz de sentidos da materialidade discursiva: o discurso de Dilma. Contudo, há um diferencial das demais discursivizações. O sujeito traz na íntegra o discurso de defesa de Dilma sobre os quais tece comentários, ocorrendo a partir daí movimentos subjetivos e ideológicos:

Recorte 9

Dilma negou ter cometido crime de responsabilidade e classificou o processo de impeachment como "golpe". A presidente afastada criticou o governo Temer ao ressaltar que não há mulheres ou negros em sua equipe ministerial.

Fonte: <https://noticias.uol.com.br>. Publicado em 30.ago.2016.

Na introdução da matéria, trazida no excerto, ocorrem diferentes modos de distanciamento dos efeitos de sentido acarretados nos dizeres de Dilma, através do uso das aspas, de construções linguísticas específicas e do discurso indireto. Primeiramente, o sujeito dissocia duas nomeações para o processo em andamento: uma condizente com sua formação discursiva (*processo de impeachment*) e outra relacionada à FD de Dilma Rousseff (*golpe*). Ambas as palavras se referem ao mesmo acontecimento, porém, acarretam efeitos de sentidos distintos.

Essa separação de nomeações é feita, com efeito, em função de um distanciamento ou aversão para com a FD de Dilma. De modo mais específico, o sujeito recai no esquecimento número 2, isto é, recai na ilusão de que pode controlar seu dizer, pois, no momento em que se refere à definição de Dilma (*classificou o processo de impeachment como "golpe"*), utiliza-se do discurso indireto e das aspas, causando uma redundância de marcação do discurso outro. Além disso, o sujeito, sem perceber, define qual nomeação lhe parece adequada quando formula a proposição "*classificou o processo de impeachment*", como se Dilma tivesse produzido uma outra classificação, a partir do nome "real". Na tentativa de controlar os sentidos de seu dizer e em função da necessidade de afastamento da FD de Dilma, o sujeito sofre os efeitos do esquecimento nº 2 e emerge subjetivamente em sua discursivização.

Na parte da matéria referente aos comentários sobre o discurso de Dilma, o portal de notícias UOL destaca trechos pontuais do discurso e faz comentários sobre eles. No recorte a seguir, tais comentários não têm a função apenas de ampliar as informações aos leitores, mas de colocar em evidência possíveis contradições no discurso de Dilma:

Recorte 10

*A primeira acusação refere-se à edição de três decretos de crédito suplementar sem autorização legislativa. Ao longo de todo o processo, mostramos que a **edição desses decretos seguiu todas as regras legais.***

Decretos de crédito suplementar são usados para remanejar verbas do Orçamento. Os decretos em questão foram editados quando o governo, para cumprir a meta fiscal fixada em lei, deveria estar cortando despesas.

Fonte: <https://noticias.uol.com.br>. Publicado em 30.ago.2016.

No excerto acima, o sujeito jornalista recorre a um saber específico da contabilidade e da jurisdição (*decretos de crédito suplementar são usados para remanejar verbas do Orçamento/para cumprir a meta fiscal fixada em lei*), deslocando-se de sua posição discursiva e assumindo outras atribuições e produções de sentidos. A partir dessa posição-sujeito, toma a liberdade de decretar o que deveria ser feito por Dilma em contraposição ao seu discurso: *para cumprir a meta fiscal fixada por lei, deveria estar cortando despesas*. O sujeito coloca-se, pois, em evidência no seu enunciado, tanto no sentido de asseverar o que deveria ser feito sob o ponto de vista da lei e da contabilidade, quanto de mostrar as contradições de sentido nos dizeres da ex-presidenta.

Na terceira e última reportagem em análise, intitulada *Dilma fala por 13 horas, defende mandato e diz que é vítima de golpe parlamentar*, há um movimento de relação de sentidos semelhantes, condizentes com um padrão efetivado pela FD do UOL:

Recorte 11

Dilma participou no Senado da fase de interrogação do processo de impeachment e aproveitou para elogiar, na parte final da longa sessão, os programas sociais do PT. Também criticou o que chamou de machismo nas motivações do processo e o "uso ideológico" das delações premiadas. **Mais cedo, fez um discurso de 50 minutos como princípio de sua defesa.**

Fonte: <https://noticias.uol.com.br>. Publicado em 31.ago.2016.

Na sequência discursiva acima, há o trecho “[Dilma] também criticou o que chamou de machismo nas motivações do processo”, no qual se vê que o sujeito midiático UOL não assume ou não se identifica com as discursivizações de Dilma Rousseff, novamente se utilizando do discurso indireto para distanciar tais efeitos de sentido de seu dizer e sofrendo os efeitos do esquecimento nº 2, ao tentar controlar os sentidos do que diz. A formulação linguística que marca essa tentativa de distanciamento e de controle “o que chamou de” torna-se novamente redundante, visto que se é utilizado o discurso indireto.

Fazendo um comparativo entre os dois sujeitos analisados, percebe-se, ainda, um distanciamento da Carta Capital com o UOL pelo uso da palavra “presidenta” e “presidente” por ambos, respectivamente, ao fazer referência a Dilma Rousseff. O primeiro uso lexical, fazendo a flexão morfológica, com a desinência aditiva de gênero, da palavra “*presidente*” para “*presidenta*” é bastante atual, por ter havido, na última década, o surgimento de mulheres no cargo de presidência da República, algo que, para militantes de esquerda e gramáticos, exigiria um uso lexical que não se restrinja apenas à forma que legitime apenas o sexo masculino. A Carta Capital, nos seus usos lexicais, trata de produzir os enunciados já adequando toda essa problematização à sua materialização discursiva. Por outro lado, o UOL não vê a necessidade de fazer esse uso lexical, optando pelo uso “*presidente*”. Isso demonstra como os sujeitos estão alinhados a uma determinada FD, repercutindo no modo como produzem seus discursos.

Recorte 12

Decretos e pedaladas

Ao iniciar sua fala pela manhã, Dilma se disse injustiçada e chamou o processo de impeachment de "golpe". O depoimento foi acompanhado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo cantor Chico Buarque e por figuras importantes do PT, como Rui Falcão, Jaques Wagner e Ricardo Berzoini.

Fonte: <https://noticias.uol.com.br>. Publicado em 31.ago.2016.

Ainda se tratando dos afastamentos para com a FD a favor de Dilma, pelo discurso indireto, no trecho “[Dilma] *chamou o processo de impeachment de ‘golpe’*”, o sujeito uma vez mais sofre as coerções de sua FD e se esquece de que não pode direcionar os sentidos conscientemente. Fazendo um comparativo com a primeira reportagem do UOL, tem-se uma relação parafrástica, na qual duas frases e seus sentidos se repetem: *classificou o processo de impeachment como ‘golpe’* “/*chamou o processo de impeachment de ‘golpe’*”. Nessa relação de repetição, o sujeito sugere um distanciamento da prerrogativa de golpe de estado, e o faz pelo uso do discurso indireto e pelo uso das aspas, e isso mostra uma redundância de marcações do discurso de Dilma.

Além disso, antes de fazer a alusão ao discurso de Dilma, o portal de notícias avalia esse processo de cassação como um processo normal de *impeachment*, quando formula “chamou o processo de impeachment de ‘golpe’”, diferentemente do sujeito midiático Carta Capital, que designa como sendo “golpe”, conforme já foi visto em análises anteriores. De acordo com a formação ideológica inerente ao portal de notícias UOL, a sua formação discursiva seleciona o que deve e pode ser dito, influenciando na construção do discurso, que, para trazer um discurso que não seja seu, precisa do outro sujeito na superfície linguística, abstendo-se de toda responsabilidade do dizer.

5 Apontamentos finais

O funcionamento da linguagem permite acionar redes de sentido que envolvem a língua, a ideologia e o discurso na construção dos significados. Ao se analisar o discurso midiático, consegue-se observar o encadeamento das filiações de sentido que os sujeitos defendem, inscrevendo-se em suas FDs. No caso deste estudo, considera-se que os sujeitos se manifestam a partir de diferentes lugares sociais e que assumem posições-sujeito de disputa e de poder em relação a quem mais constrói efeitos de verdade sobre a defesa de Dilma Rousseff no julgamento do *impeachment*.

Ao longo das notícias, constata-se que o portal de notícia Carta Capital se manifesta na superfície discursiva, filiando-se a uma FD desfavorável ao desfecho do acontecimento do *impeachment*, inclusive criticando outros meios de comunicação, enquanto o portal UOL se coloca a favor do processo, mobilizando sentidos que visam construir uma imagem negativa de Dilma, apresentando, entre outras marcas discursivas, a elaboração de uma “nuvem de palavras” extraídas do próprio discurso de Dilma com força de prova.

Para a reflexão sobre a subjetividade na linguagem, esta pesquisa permitiu que se observasse, de forma minuciosa, a passagem do sujeito enunciativo para o sujeito discursivo. Nas análises das reportagens e notícias, viu-se a todo momento que os sujeitos jornalísticos

utilizaram a todo momento, no âmbito enunciativo, mecanismos textuais e argumentativos para atingirem determinados complexos de discurso. Porém, há processos históricos e ideológicos que não são controlados e simplesmente interferem nesse aparente controle enunciativo, de modo que diferentes saberes oriundos dos saberes científicos, populares, políticos e jurídicos se coloquem inconscientemente aos leitores.

Pôde-se ratificar a materialidade ideológica a partir da materialidade linguística, comparando-se as posições de dizer dos sujeitos midiáticos. Sabe-se que nenhuma análise está totalmente concluída nem se teve a pretensão de esgotá-la, mas apresentar o funcionamento da prática discursiva midiática na construção de efeitos sentidos de sobre um fato histórico no Brasil: o *impeachment* de Dilma Rousseff.

Referências

- BENVENISTE, E. *Problema de linguística geral I*. 5 ed. Campinas: Pontes Editora, 2005.
- BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, A. *Mini Aurélio Século XXI Escola: o minidicionário da Língua Portuguesa*. 4 ed. Edição especial para o FNDE/PNLD. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- CARTA CAPITAL. *Estamos a um passo de um verdadeiro golpe de estado, diz Dilma*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/estamos-a-um-passo-de-um-verdadeiro-golpe-de-estado-diz-dilma>>. Acesso em: 20, nov., 2016.
- CARTA CAPITAL. *Senado aprova impeachment e destitui Dilma*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/senado-aprova-impeachment-e-afasta-dilma-definitivamente>>. Acesso em: 20, nov., 2016.
- CARTA CAPITAL. *A fala de Dilma, a votação do impeachment e o mundo paralelo da mídia*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/a-fala-de-dilma-a-votacao-do-impeachment-e-o-mundo-paralelo-da-midia>>. Acesso em: 20, nov., 2016.
- FOLHA UOL. *Em fala ao Senado, Dilma negou 16 vezes que cometeu crime de responsabilidade*. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/08/29/em-fala-ao-senado-dilma-negou-16-vezes-que-cometeu-crime-de-responsabilidade.htm>>. Acesso em: 20, nov., 2016.
- FOLHA UOL. *Leia o discurso de defesa de Dilma comentado*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808019-dilma-apresenta-sua-defesa-no-processo-de-impeachment.shtml>>. Acesso em: 20, nov., 2016.
- FOLHA UOL. *Dilma fala por 13 horas, defende mandato e diz que é vítima de golpe parlamentar*. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/08/30/dilma-depoe-por-13-horas-defende-mandato-e-reafirma-que-condenacao-e-golpe-parlamentar.htm>>. Acesso em: 20, nov., 2016.
- MARIANI, B. S. C. Imprensa, produção de sentidos e ética. In: RIBEIRO, A. P.; FERREIRA, L. M. (orgs.). *Mídia e memória: a produção e sentidos nos meios de comunicação*. Rio Branco: Mauad, 2007.
- MARIANI, B. S. C. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. 1996. 256 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas,

Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. 1996.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. In: *Em Aberto*. Ano 14, nº61, Brasília: INEP, 1994.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F. *et al* (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani *et al*. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997. p. 163-235.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 19, Campinas, 1990.

Recebido em: 14/03/2021

Aceito em: 26/06/2021